

As Fronteiras da Europa: da Geografia à Política

Jorge Vide Cunha Martins

Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo

Nos termos estritos da geografia física, a Europa não constitui um continente mas uma península da massa continental que é a Eurásia. Contudo, ao contrário de outras, é uma “península feita de penínsulas”, amenizada do ponto de vista climático pela acção moderadora do Oceano Atlântico, atravessada no seu centro por uma vasta planície e drenada por numerosos rios que constituíram importantes vias de comunicação. Por isso, desde sempre atraiu povos de várias proveniências, que, se lhe conferiram uma marca de indiscutível diversidade, permitiram-lhe, igualmente, formar uma marca distintiva da parte asiática do bloco continental a que pertence. Essa identidade própria decorre de várias heranças político-filosóficas, que se foram, ora opondo, ora sobrepondo, das quais destacamos a greco-romana, a judaico-cristã e a iluminista. A expansão colonial, não apenas transformou a Europa, durante cinco séculos, no centro do Mundo, como transportou parte da sua população e, com ela, os seus valores, ideais e modos de vida para outras partes do Globo. Concluimos, então, que a Europa é uma criação dos homens e não da natureza. Daí que não seja tarefa fácil delimitá-la.

Apesar de tudo, sendo um espaço peninsular, não parece difícil estabelecer os seus limites nos três lados banhados pelo Ártico, Atlântico e Mediterrâneo. O problema é o istmo a leste.

Onde acaba a Europa e começa a Ásia? Uma convenção não oficial mas seguida pela maioria dos geógrafos traça a linha divisória entre os dois continentes pelos montes Urais, rio Ural, mar Cáspio, Cáucaso, mar Negro, estreito do Bósforo, mar da Marmara, estreito dos Dardanelos e mar Egeu. Porém, ela não coincide com as fronteiras políticas existentes, o que origina a natureza bicontinental de alguns Estados e coloca dúvidas sobre a pertença de outros ao continente europeu. A verdade é que, em última análise, mesmo em áreas onde a delimitação é, aparentemente, pacífica, algumas questões se podem levantar. Assim, se, a norte, os gelos do Ártico não permitem qualquer dúvida, o mesmo não sucede a oeste e a sul.

No primeiro caso, podemos interrogar-nos se a Islândia (situada no cruzamento das placas euro-asiática e americana e mais próxima da Gronelândia que da Noruega), os Açores (localizados na mesma crista, no cruzamento entre aquelas placas e a africana), a Madeira e as Canárias (mais próximas da costa de África) são parte integrante da Europa. A resposta é afirmativa, não do ponto de vista da Geografia Física mas da Humana: todas essas áreas insulares foram povoadas originariamente por povos de origem europeia e as três últimas pertencem a dois Estados europeus (Portugal e Espanha). No segundo, questão semelhante se pode colocar relativamente às ilhas mediterrânicas de Malta (a meio caminho entre a Sicília e a Tunísia) e Chipre (junto à costa turca, muito para lá do Egeu). Contudo, aqui, a resposta não é tão linear. Assim, os malteses são um povo resultante do cruzamento de outros (alguns vindos do norte de África) e a sua língua é de origem semita (tal como o árabe e o hebraico), embora escrita no alfabeto latino. Por seu turno, se cerca de 80% dos cipriotas são de origem grega, o certo é que, geograficamente, a ilha se situa em frente à Anatólia, que faz parte da Ásia. Contudo, poucos questionaram a sua adesão à UE, apesar da peculiar situação política em Chipre, onde mais de um terço do seu território se encontra ocupado por tropas turcas. A razão é só uma: são países onde a maioria da população é cristã e, como tal, são automaticamente percebidos como possuidores dos valores e ideais da Europa.

As dificuldades de delimitação do seu limite no flanco leste não são geográficas mas políticas e estão intimamente relacionadas com o debate sobre a identidade europeia. É nesse ponto que se vai colocar o debate sobre a natureza (não) europeia dos dois principais Estados bicontinentais: a Turquia e a Rússia. O caso turco é paradigmático. Apesar de apenas 5% do seu território se situar no continente europeu, a história da Turquia encontra-se intimamente ligada à Europa. Com efeito, o Império Otomano esteve durante vários séculos presente nos Balcãs, de onde só saiu definitivamente em 1913, data da independência da Albânia. Após a Primeira Guerra Mundial, a perda das suas possessões árabes do Médio Oriente e a implantação de uma república secular, sob a égide de Kemal Atatürk, marcaram a ocidentalização do país e da sua política externa. Algo que foi reforçado pela guerra fria, como membro da NATO desde 1952 e tendo assinado um acordo de

associação com a então CEE, em 1963, como a Grécia. Contudo, ao contrário do que sucedeu com os gregos, a sua eventual adesão à UE é tudo menos pacífica. Entre os opositores, o argumento geográfico (95% do país pertence à Ásia) é frequentemente invocado. Mas todos sabemos que é apenas um pretexto para justificar a oposição à adesão turca. A questão essencial, para muitos, é o facto de a esmagadora maioria do país professar a religião muçulmana. Não lhes ocorre, porém, que a herança judaico-cristã é apenas uma das várias heranças que estão na base da sua génese. E, mesmo em termos religiosos, o Estado turco é laico, ao contrário do que sucede em alguns países membros da UE, onde, apesar de existir liberdade religiosa, há uma religião oficial. Também 2/3 da população da Albânia e quase metade dos habitantes da Bósnia-Herzegovina (dois Estados cuja pertença ao nosso continente não deixa dúvidas) são muçulmanos. Qual o pretexto que se inventará para a sua exclusão? Por outro lado, existem vastas comunidades islâmicas em muitos Estados da União. Será que não são cidadãos europeus? Não faz sentido incluir/excluir um país por motivos religiosos.

O que impede (para já) a adesão da Turquia são as violações dos direitos humanos que aí se praticam (com particular destaque para a repressão sobre as minorias étnicas, como os curdos e os arménios), a tutela militar sobre as instituições e a ocupação do norte de Chipre.

No caso russo, a questão é outra. Sendo um Estado maioritariamente cristão ortodoxo e, a partir de Pedro, o Grande, uma das tradicionais potências europeias, os problemas que a possibilidade de uma eventual adesão da Rússia à UE colocaria são outros, o primeiro dos quais de natureza geográfica. Tal como em relação à Turquia, não é, porém, o facto de estarmos em presença de um Estado situado, maioritariamente, no continente asiático que constitui um obstáculo à sua integração na União – até porque a maioria da população vive na parte europeia do país – mas a sua enorme dimensão.

Essa enorme extensão sempre conferiu à Rússia uma vocação imperial, que ainda hoje mantém, e que é incompatível com o projecto europeu. Pois isto dificultou o desenvolvimento democrático na ordem interna: ao czarismo sucedeu o comunismo e, a este, uma “democracia musculada” que o actual presidente Putin tem vindo a transformar num regime autoritário; e gerou uma tentativa hegemónica na sua política externa, em especial sobre os países vizinhos.

Mas, se uma eventual adesão russa parece distante, já a de países como a Ucrânia, a Bielorrússia e a Moldávia é mais controversa. Sobre estes, não há qualquer dúvida que são parte integrante da Europa, do ponto de vista geográfico e cultural. Contudo, coloca-se a questão: tendo feito parte do Império Russo e da ex-URSS, e com uma grande percentagem de população russófona (maioritária, no caso bielorrusso), fará sentido a sua integração na UE sem a presença do seu grande vizinho do leste? Se, para a Bielorrússia, onde vigora o regime ditatorial de Lukashenko, a questão não se coloca, na Ucrânia é a luta entre uma opção pró-ocidental (simbolizada pelo presidente Yushenko) e outra, pró-russa (corporizada no primeiro-ministro Yanukovitch) que está na base das actuais tensões que dilaceram o país.

Se, porventura, se concretizar a entrada da Turquia e/ou da Rússia, levantar-se-á o problema dos três Estados do Cáucaso, que a maioria dos atlas situa na Europa, embora haja alguns que os colocam na Ásia: a Geórgia, a Arménia e o Azerbaijão. Os dois primeiros são maioritariamente cristãos ortodoxos e no terceiro domina o Islão xiita. Mas se para a actual liderança georgiana, pró-ocidental, o objectivo afirmado é a futura integração do país na UE e na NATO; já os arménios sempre foram russófilos; enquanto que os seus rivais azeris, turcófonos, produtores de petróleo, procuram aproveitar as contradições entre a Rússia e os ocidentais. Claro que as violações dos direitos humanos, a instabilidade política e a debilidade económica tornam longínquo o cenário da sua adesão. Mas, não poderão também estes povos fazer parte do mosaico europeu no dia em que ultrapassarem esses problemas? Quais deverão ser, então, os critérios para definir as “fronteiras” da Europa? Ou seja, até que países poderá ir o alargamento da União Europeia? Pela nossa parte, entendemos que um Estado que pretenda aderir à UE deverá obedecer a um destes dois requisitos: a pertença da totalidade ou de uma parte do território ao continente europeu (critério geográfico) e o respeito pelos valores da democracia e dos direitos humanos (critério político). Se não são perfeitos, são objectivos e estão de acordo com o essencial do projecto europeu.